

CONCLUSÕES

Os participantes da Oficina “Preservação do Patrimônio Público Histórico sob Administração Militar”, promovida pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), reunidos no Rio de Janeiro, de 15 a 17 de Outubro de 2014, após intensos debates em torno dos temas: I - IPHAN – desafios na preservação do patrimônio histórico; II – Situação do patrimônio histórico na Marinha; III – Situação do patrimônio histórico no Exército; IV Situação do patrimônio histórico na Força Aérea Brasileira; V – Dificuldades ministeriais na tutela do patrimônio histórico e VI – Discussões sobre a atuação do Ministério Público Militar na preservação do patrimônio cultural militar, constataram a necessidade de se envidar os melhores esforços no sentido de uma atuação mais efetiva deste ramo especializado do MPU em tão relevante contexto da tutela do patrimônio cultural militar - tanto sob o aspecto resolutivo quanto repressivo, alcançando, em razão disso, as seguintes conclusões:

1. Considerar a matéria, já prevista no Planejamento Estratégico da nossa Instituição, como um aspecto importante do projeto institucional do MPM.
2. Reputar essencial que o MPM viabilize uma agenda de diálogo com as instituições afetas ao controle do patrimônio cultural militar.
3. De igual forma, vislumbrar como de largo proveito a adoção de medidas no intuito de se obter acesso aos bancos de cadastro de bens culturais militares protegidos.
4. Sugerir a criação de critério de consulta nos sistemas de acompanhamento processual e atuação extrajudicial do MPM que envolvam patrimônio cultural.
5. Sugerir ao PGJM a criação de um Grupo de trabalho no âmbito do MPM para que formule proposta de modelo de visita técnica relacionada ao patrimônio cultural militar.
6. Ter como ponto fundamental a elaboração de uma agenda de visitas de orientação técnica aos órgãos com atribuição de gestão do patrimônio cultural militar.
7. Entender como de grande alcance que o Gestor Estratégico do MPM adote medidas que possibilitem a participação dos membros do MPM em fóruns de discussão sobre a matéria.
8. Considerar indispensável para o bom cumprimento das atribuições ministeriais, que haja um estímulo à capacitação de forma continuada dos Membros do MPM na área do Direito ao Patrimônio Cultural.
9. Encaminhar sugestão ao PGJM no sentido de avaliar a possibilidade de propor a criação, no âmbito do MPM, de uma vaga de profissional especializado na proteção ao patrimônio cultural.
10. Por derradeiro, sugerir ao PGJM a adesão do MPM à ABRAMPA – Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente, visando contribuir com os órgãos congêneres no encaminhamento de propostas e sugestões em torno da tutela do patrimônio cultural, especialmente o militar.

Rio de Janeiro/RJ, 17 de Outubro de 2014.